

A VISÃO POLÍTICA DE ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MST E A PEDAGOGIA POLÍTICA DE PAULO FREIRE

ANTONIO JULIO DE MENEZES NETO*

1. INTRODUÇÃO

O ensino supletivo dirigido aos jovens e adultos apresenta-se sob diversas formas. O caráter instrumental, utilitarista, consumista e mesmo alienado é sempre ressaltado pelo pensamento crítico. Paulo Freire (1921-1997) inovou ao debater o caráter político da educação de jovens e adultos. Para ele, a educação nunca é um processo neutro mas uma ação política, social, econômica e culturalmente engajada e o conhecimento deve levar em conta a realidade vivida, pois a leitura do mundo precederia a leitura da palavra, apesar de ambas estarem dinamicamente juntas. Partindo da realidade concreta em que está envolvido, o educando iria superando a visão mágica e fazendo a leitura crítica do mundo.

Paulo Freire é um exemplo de educador na proposta educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como se depreende desta reportagem do periódico do movimento¹:

*O Encontro Nacional de Educadores de Jovens e Adultos do MST (ENEJA) homenageou Paulo Freire no primeiro ano de sua morte, aprofundando no conhecimento da vida e obra do pedagogo pernambucano. Os participantes constataram que, nem que seja por intuição, a maioria dos educadores aplicam os ensinamentos do mestre Paulo Freire. O pernambucano João da Silva não leu o livro **Pedagogia do Oprimido**, porém, sabe que o diálogo ajuda qualquer um a crescer aprendendo. (...) A figura de Freire presidiu todas as atividades do Encontro com painéis e frases tiradas de seus livros. No encerramento do ENEJA, o mestre – pintado num pano – sentou-se ao lado de sua companheira e presenciou a homenagem emocionante que os participantes lhe fizeram no primeiro ano de sua morte. Os monitores entregaram para Nita uma placa de madeira talhada por um artesão pernambucano com os dizeres: “Paulo Freire, tua arte de educar tem o gosto de liberdade. Vivemos por ti”*

Em Freire (1975: 81), a educação deve ter por base o mundo concreto das classes populares, pois que ela,

como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens

Este trabalho apresenta uma escola de ensino técnico supletivo mantida pelo MST. Sua importância fundamental reside no fato de que ela certifica os alunos

¹ **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 179, São Paulo, mai.-jun., 1998, p. 15.

no ensino médio, além de contemplar, em seu método e conteúdo, um debate político². Ou seja, o jovem é formado não para um pretens mundo do trabalho mas para engajar-se na luta social. A educação seria, na concepção desta escola, um trabalho político e social, aproximando-se desta forma da discussão iniciada por Paulo Freire e retomada por vários outros autores.

Nesse artigo, procuramos correlacionar o olhar dos alunos sobre os problemas políticos às discussões de Paulo Freire. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo (através de questionários respondidos pelos alunos e entrevistas com a direção da escola e alguns alunos) para compreender de que maneira os alunos enxergam as questões sociopolíticas em seu cotidiano educativo, priorizando a discussão política acerca da reforma agrária e da relação campo/cidade.

2. ESCOLA

Focalizarei, para fins de análise, o curso técnico supletivo em Administração Cooperativista (TAC) vinculado à escola Josué de Castro, localizada no município serrano de Veranópolis (RS). O curso possui estatuto legal como supletivo de ensino médio, tendo como sócios fundadores o MST, por meio da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa (Iterra), entidade educacional criada em 12 de janeiro de 1995 para ser a mantenedora do TAC. Um curso técnico, direcionado ao mundo do trabalho, poderia ser inserido no pensamento de Freire? Para ele, a resposta é sim, pois

temos insistido nesta obviedade: que o homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; e que o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui o seu mundo. O mundo da cultura que se prolonga no mundo da história (Freire, 1971: 65)

O TAC surgiu em 1993 a partir do Laboratório de Curso (OFOC) dirigido pelo professor Clodomir Santos de Moraes (1989), no município gaúcho de Braga, tendo sido transferida para Veranópolis em 1995, onde ficou em fase de transição até 24 de outubro de 1997, quando foi implantado definitivamente. Atualmente, recebe alunos de todo o Brasil, em sua maioria provenientes do Sul do Brasil e indicados pelo MST, os quais são incentivados à auto-organização, numa metodologia que os deveria levar a montar uma empresa real para realizarem o movimento teoria/prática. Este processo foi abandonado, conforme explica o coordenador econômico da escola:

A escola entregava todo o patrimônio para os alunos: os automóveis, os computadores, tudo. Ficava na escola somente um administrador e um grupo de pessoas que dava apoio, que dava assessoria. Mas, mesmo assim, o custo disso era muito alto. Não se tinha mais condição de bancar esse custo. Hoje, está funcionando assim: a escola toda é uma empresa. Os alunos chegam e ingressam nessa empresa. As

² A Escola possui também o curso superior de Pedagogia da Terra.

*discussões continuam a mesma coisa, só que agora envolve a todos da escola. Antes, envolvia os alunos e a Empresa de Assessoria Pedagógica. Hoje, essa discussão envolve trabalhadores, alunos, e todos têm a mesma responsabilidade. Antes, se uma coisa não dava certo, a gente recorria a quem?*³

A organização do trabalho escolar é feito de forma *autogestionária* escolar, pois os alunos debatem os conteúdos a serem ministrados e elaboram um plano de trabalho englobando a proposta metodológica, as oficinas, a produção e a comercialização. Também são desafiados a montar um jornal ou boletim informativo para circular na escola. Aliás, uma das referências do projeto educativo do MST é o pensamento do educador russo Moisey Mikhaylovich Pistrak, que defendia o sistema de autogestão educativo através dos Conselhos Escolares, os quais deveriam discutir claramente o papel da educação na vida dos alunos, criando neles o hábito de participar das decisões, de modo que se tornassem administradores da escola e da sociedade quando adultos. Tais práticas são igualmente incentivadas na administração da escola Josué de Castro.

3. OS ALUNOS

Os alunos que freqüentam o curso são selecionados prioritariamente nos assentamentos e acampamentos do MST, sendo previamente escolhidos porque pertencem a uma organização de trabalhadores. Podem ser indicados pelo MST, por sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) ou por outra organização. De acordo com Cerioli (1997: 36) os critérios para a seleção do candidato são as seguintes:

a) Pertencer a um coletivo ou organização que se responsabilize pelo aluno (Coletivo de Origem); b) Ser indicado, por carta, pela ANCA ou uma de suas filiais ou pela Concrab ou uma de suas filiais; c) Cumprir com os requisitos de seleção: prova e matrícula; d) chegar na hora marcada. Só serão admitidos atrasos de no máximo 48 horas do Ato de Abertura do referido curso; e) Assinar um contrato de ingresso no curso; f) preencher ficha de inscrição; g) Carta de apresentação do Coletivo de Origem; h) Carta de apresentação da Entidade Responsável (pode ser a mesma carta do Coletivo de Origem, só que com o visto desta); i) Histórico escolar exigido

Seguem outras exigências, como os documentos de praxe e a exigência de idade mínima de dezoito anos, já que o TAC é um curso supletivo de ensino médio. A maioria dos alunos situa-se na faixa etária compreendida entre 18 e 21 anos (62%), 16% entre 22 e 25 anos e 22% possuem mais de 26 anos de idade. Quanto à distribuição dos alunos por gênero, há uma forte hegemonia masculina (81% de homens contra 19% de mulheres), dado que apenas corrobora a conhecida predominância masculina na direção de movimentos

³ Entrevista realizada com o coordenador econômico da escola, à época supervisor da área econômica. Todos os dados e transcrições de falas apresentados neste trabalho foram coletadas em pesquisa de campo realizada em maio de 1999, sendo parte de minha tese de doutoramento (cf. Menezes Neto, 2001).

organizados de trabalhadores, principalmente no TAC, um curso direcionado à gestão de cooperativas, uma área ainda predominantemente masculina, apesar da mulher ter ocupado a metade do mercado de trabalho. Ressalte-se que mesmo este percentual feminino é considerado positivo no TAC, pois até então o número de mulheres sempre foi inferior.

Quanto à escolaridade familiar, centrada no pai e na mãe⁴, a pesquisa revela que 66% deles possuem o fundamental incompleto, 12% o fundamental completo, 16% não possuem escolaridade, 2% possuem o médio incompleto, mesma porcentagem de pais com o ensino médio completo, e 2% dos pais passaram pelo curso superior, sendo que 1% completou o curso. Trata-se, pois, de um quadro que reflete a situação caótica da escolarização no campo, à qual se soma o baixo poder aquisitivo dos integrantes dos assentamentos e o elevado percentual de analfabetos. No entanto, apesar de poucos terem concluído o ensino médio, em duas famílias as mães conseguiram obter um curso superior.

A importância da “visão crítica” do TAC é salientada por 30% dos alunos, os quais responderam que cursam uma escola direcionada ao meio rural porque consideram que ela proporciona um trabalho social e político importante. Por sua vez, 25% dos alunos disseram que gostam e sempre viveram no campo, 18% que realizam o curso devido à importância do trabalho agrícola e outros 18% que estão por influência do MST. Outros alunos relataram que estão cursando o TAC porque “o meu assentamento precisa de minha formação” ou “para o avanço das cooperativas de assentados”.

É um dado relevante que 25% dos alunos tenham respondido que cursam o TAC por sua familiaridade com o campo, numa época em que a cultura urbana impregna também as relações sociais no meio rural. A maioria deles, porém, considera o trabalho na agricultura social e politicamente relevante. Pelo conjunto das respostas apresentadas, conclui-se que os alunos devotam ao TAC uma importância social e política, influenciando diretamente na realização do curso, ainda que se deva acrescentar que a militância no MST é um dos critérios de seleção para cursar o TAC. Desta maneira, todos os alunos possuem algum grau de envolvimento com o Movimento, o qual é a representação maior da luta política para os alunos.

A visão crítica e do compromisso político é fundamental na obra de Freire (1983), já que a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido consiste em ser capaz de agir e refletir. Saber-se no mundo e, sabendo estar no mundo, saber como sua consciência é condicionada. Os limites só são transpostos quando existe a possibilidade de reflexão sobre o estar no mundo. Caso contrário, o ser está imerso no mundo, num mundo que não é seu. Somente está em contato com o mundo, mas este contato não muda o mundo. Apenas o ser capaz de sair de seu contexto consegue admirá-lo para transformá-lo e, conseqüentemente, transformar-se. Este ser é o

⁴ No questionário aplicado, houve a separação da escolaridade do pai e da mãe. Contudo, resultados aproximados da escolaridade de ambos permitem a apresentação conjunta. Apesar da carência de escolas de 5ª a 8ª série no campo, a pesquisa englobou o ensino fundamental, levando em conta a atual distribuição do ensino no Brasil.

homem. Deve-se buscar respostas no homem concreto que existe numa situação concreta.

4. A REFORMA AGRÁRIA

Ao trabalhar com comunidades camponesas em fase de reforma agrária no Chile, no fim da década de 1960, Paulo Freire critica o termo *extensão* enquanto um termo educativo, afirmando que estender o conhecimento não é dialogar:

Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da práxis, da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação (Freire, 1971: 28)

O pensador pernambucano caracteriza a reforma agrária não apenas como técnica, mas, sobretudo, como questão política. Por não ser neutra, técnicos que nela trabalham realizam opções de cunho ideológico. A reforma agrária pode envolver os trabalhadores da terra em todo o processo, ou partir de decisões tecnicistas que os excluiriam:

No processo de reforma agrária, não se deve tomar uma posição exclusivista em relação ao técnico ou ao humano. Toda prática de reforma agrária que conceba estes termos como antagônicos é ingênua. Nem a concepção vaziamente “humanista”, no fundo reacionária e tradicionalista, antitransformação, que nega a técnica, nem tampouco a concepção mítica desta última, que implica num tecnicismo desumanizante, numa espécie de “messianismo” da técnica, em que esta aparece como salvadora infalível (idem: 56-57)

Na “modernização tecnicista” haveria mudança na estrutura, mas não transformação social operada por sujeitos atuantes. Seria, antes, uma modernização “de fora”:

A reforma agrária deve ser um processo de desenvolvimento do qual resulte necessariamente a modernização dos campos, com a modernização da agricultura. Se tal é a concepção que temos da reforma agrária, a modernização que dela resulte não será fruto de uma passagem mecânica do velho até ela, o que, no fundo, não chegaria a ser propriamente uma passagem, porque seria uma superposição do novo ao velho (idem: 57)

Dentro desta concepção, buscou-se compreender a relação dos alunos com a sua práxis, com a sua relação com o mundo. Ao apresentar sua visão e concepção acerca da reforma agrária, principal bandeira de luta do MST, a terra colocou-se, para os alunos do TAC, como a principal reivindicação do morador do campo (30% das respostas), seguida da política agrícola (26%), da assistência médica (16%), da valorização da vida e da cultura camponesa

(14%), da infra-estrutura (10%) e do salário, tecnologia, lazer e previdência (1% cada um).

Essas são reivindicações interligadas, pois a política agrícola só pode ser reclamada existindo a posse da terra. Ela é a mediação para todas as outras propostas. Foi na luta pela reforma agrária que o MST teve origem, faz parte de sua mística política. Mesmo considerando a ampliação das lutas e as reivindicações do MST, a terra ainda é o elemento que catalisa a luta. Assim, para o homem e a mulher do campo (e também para os alunos do TAC) ela é um símbolo de luta e de vida.

A política agrícola tornou-se fundamental para viabilizar os assentamentos de reforma agrária. Hoje, a reivindicação por crédito popular feita pelos cooperados do MST manifesta-se também no meio urbano. Ou seja, os trabalhadores, em geral, também estão se organizando pela democratização do crédito e, até, da propriedade. Este é um debate polêmico no movimento sindical, para quem estas reivindicações podem enfraquecer a luta pelo emprego. Porém, os trabalhadores não podem mais centrar sua luta numa única forma de reivindicação, sob o risco real de sua desarticulação.

Observa-se – e isso é sintomático de mudanças na luta dos trabalhadores do campo – que a falta de dinheiro é apontada como a principal dificuldade do produtor familiar (27% das respostas), seguida da ausência de incentivo governamental para o campo (23%), do monopólio exercido pelos grandes produtores (17%), da carência de conhecimento técnico (14%), da falta de reconhecimento pelo trabalho no campo (6%), do desconhecimento do mercado (5%), da escassez de terra (3%), da dificuldade no relacionamento familiar e do fato do trabalho no campo ainda ser muito pesado (2%). Para a leitura destas respostas, ressalta-se que a quase totalidade dos alunos é proveniente de famílias de pequenos agricultores, conscientes de que apenas a posse da terra não resolve sua situação, e que para os alunos o sucesso das cooperativas depende de crédito, apoio governamental, conhecimento técnico, possibilidade de conquistar mercado etc. Ou seja, a terra é o meio e não o fim.

Observa-se também como o capitalismo entranha todos os setores da produção e da vida, pois o próprio MST apresenta o aumento da renda dos assentados, medida em salários mínimos, como defesa da reforma agrária. Isto é, uma relação tipicamente capitalista, o assalariamento, torna-se um referencial para o Movimento.

A problemática política é salientada pelos alunos, os quais apontam a falta de incentivo governamental como um dos entraves para o trabalhador rural. Observa-se que o MST prioriza, hoje, a luta pela construção de um novo modelo social e político para o país. A disputa pelo poder político está ligada diretamente à problemática dos monopólios praticados pelos grandes grupos e a possibilidade de enfrentamento com tais grupos decorreria da construção de um novo modelo sociopolítico no interesse dos trabalhadores.

A seguir, perguntou-se aos alunos sobre a maneira de conseguir a reforma agrária. Para 44% deles seria necessário superar o capitalismo, pois somente

no socialismo o problema da terra seria resolvido, 38% ressaltaram um governo comprometido com os trabalhadores, 13% um governo que priorizasse os interesses nacionais e 5% acreditam na solução parlamentar, ou seja, que seria preciso mudar as leis no Brasil. Dois alunos escreveram que “é necessário acabar com o neoliberalismo”. O MST surgiu ocupando terra, criando o fato político. É, por isso, muitas vezes acusado de atuar na ilegalidade. Ainda que não aceite este argumento, buscando subsídios legais na própria Constituição brasileira, que diz, por exemplo, que a propriedade deve atender a sua função social, a direção do Movimento aprendeu a não esperar reformas legais para atuar. Portanto, seria de supor que poucos alunos vissem na ação parlamentar a solução para a reforma agrária.

As respostas dos alunos centralizaram-se em duas questões políticas: o socialismo e um governo ligado aos interesses dos trabalhadores. Mesmo sabendo que são questões interligadas, uma parte significativa dos alunos crê que a mudança de governo, levando ao poder pessoas comprometidas com as transformações sociais, possibilitaria uma reforma agrária. Um número maior analisa que ela seria obtida somente com o advento do socialismo, quer dizer, através de uma mudança profunda nas relações sociais de produção.

E quais seriam as ações necessárias para conquistar a pretendida reforma? Para 80% dos alunos, a organização unitária dos trabalhadores do campo e da cidade seria a principal ação, seguida da proposta de ocupação de terras, com 19% das respostas. Negociar com o “dono” da terra teve 1% das respostas e negociar primeiro com o Poder Público não teve nenhuma. Este resultado demonstra que para os alunos não bastam ações setoriais dos trabalhadores rurais ou as ocupações de terras realizadas por estes: é imprescindível um novo modelo social e econômico. A luta do MST deixa de concentrar-se apenas na questão agrária para adentrar nas lutas gerais da sociedade brasileira, de maneira que não pode estar desvinculada das lutas dos trabalhadores urbanos. Nestas respostas também se detecta o componente classista, pois, de acordo com uma visão crítica e socialista, bem presente nos alunos, a transformação do sistema passa necessariamente pela mudança da classe no poder.

O fato de nenhum aluno ter respondido que a negociação com o Poder Público seja importante para conseguir a reforma agrária encontra-se no âmbito da descrença com os governos, motivada pela oposição política ao poder dominante que o MST prega e com a qual a maioria dos alunos comunga. Em relação à posse da terra, os resultados são coerentes com as idéias expostas nas respostas anteriores, pois nada menos que 85% defendem que a terra deve ser coletiva, sem proprietário individual. A posse da terra familiar é defendida por 15% dos alunos.

A pesquisa realizada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em quatro assentamentos de quatro Estados (Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo) apresentou o seguinte resultado acerca da posse da terra: 75% responderam que o melhor sistema é o particular, 19% que é o coletivo e 6% não sabiam⁵. Sobre o resultado obtido pelo Datafolha, instituto de pesquisa de opinião ligado ao periódico paulista, e as respostas dos alunos, observa-se uma enorme

⁵ **Folha de S. Paulo/Datafolha, Especial Sem-Terra**, São Paulo, 30 de junho de 1996.

distância, explicada pela seleção prévia dos alunos do TAC, que já possuem uma militância e uma consciência política de esquerda. Todavia, o fato de 85% dos alunos pesquisados terem se mostrado favoráveis à socialização da terra demonstra seu alto grau de comprometimento com transformações profundas na organização social e política vigente.

Pode-se concluir que os alunos do referido curso defendem que a luta política vá além de reformas no sistema. São, portanto, pessoas que, ao retornarem para os assentamentos e as cooperativas, levarão, além do trabalho técnico-administrativo, a certeza de que a sua luta não se esgota no bom desempenho econômico da cooperativa.

5. CAMPO E CIDADE

De acordo com o pensamento de Paulo Freire (1983), a primeira condição para exercer um ato comprometido é a existência da capacidade de refletir a práxis. Mas a ação e a reflexão estão condicionadas. A reflexão-ação só pode existir na relação homem-realidade, sendo fundamental saber que esta realidade é criação dos homens, não podendo transformar-se por si só. Os homens que criam podem transformar. Para tanto, porém, devem compreender o mundo em que vivem. E, neste sentido, a relação campo/cidade é, em tempos de globalização, uma das principais questões na elaboração de um projeto político-pedagógico para os trabalhadores do campo.

A pesquisa aqui apresentada foi realizada junto aos alunos ligados a um movimento social que tem suas raízes no campo e nas lutas dos trabalhadores rurais. Porém, quando se questionou acerca das escolas do campo e da cidade, 61% dos alunos responderam que elas não devem ser diferentes, pois campo e cidade estão integrados, 25% reforçaram a necessidade de respeitar as especificidades, ainda que mantendo uma base comum, enquanto 14% defenderam sua distinção, posto que cada uma tem suas especificidades. Para alguns alunos, tais escolas *“não devem ser diferentes, basta que se mude o método de ensino”*; *“as escolas do campo devem estar voltadas para as coisas do MST”*; elas *“devem procurar se integrar”*.

A grande maioria defende que as escolas do campo e da cidade não podem ser diferenciadas. Esta questão remete-nos a toda uma discussão acerca das grandes transformações ocorridas no capitalismo brasileiro e mundial, com a evidente integração cultural e econômica do campo à cidade. No processo de urbanização do mundo, entretanto, existem contra-movimentos que geram a diferenciação interna. De acordo com Lefebvre (1999), os antagonismos entre campo e cidade tenderiam a desaparecer mas se recriariam em novos conflitos no seio da urbanização. Por exemplo, fariam surgir contradições entre as grandes metrópoles do mundo e os países subdesenvolvidos. Ou mesmo dentro de um mesmo país, onde a migração de populações rurais para as áreas urbanas reperia novos problemas sociais. Na visão de Lefebvre, a urbanização do campo afeta diretamente as cidades, criando e recriando uma ruralização periférica nas cidades.

Os alunos estão conscientes desse processo de urbanização, mas sabem que ele é complexo, daí porque não propõem um processo de integração linear ao mundo urbano. Novos conflitos surgem, são criados e recriados. Pela leitura das respostas, vê-se que os alunos não possuem uma noção idílica nem ideológica do campo, de valorização abstrata de seu mundo rural.

Em diversos documentos o MST busca extrapolar o simplismo das análises que dizem que o campo já está completamente urbanizado, cabendo neste momento a integração dos jovens a uma educação “global”, moderna, ou seja, apenas urbana. Sabe que a questão se reveste de uma nova complexidade diante da criação e recriação de culturas, sociabilidades e exclusão nas cidades. Os alunos do TAC acreditam no trabalho no campo, desejam viver aí, mas não no campo e na sociedade existentes hoje, em que a cultura e o trabalho rural são estereotipados como atrasados e “jeca tatu”, e a ideologia dominante diz que é necessário integrar este indivíduo para que ele possa alcançar os “benefícios da modernidade”.

A integração campo/cidade, no contexto da sociedade brasileira e mundial, é desejável, desde que haja respeito e solidariedade e ambos sejam vistos como partícipes do mesmo mundo, sem exigência de submissão. As diferentes culturas devem ser valorizadas, numa relação de respeito pelas diferenças. As respostas dos alunos quanto à indiferenciação das escolas do campo e da cidade traduzem, com certeza, esta insubmissão, esta recusa da inferioridade do trabalhador do campo diante do urbano, sendo, assim, coerentes com a luta do MST e dos trabalhadores rurais em defesa de sua cultura e do seu trabalho. Em relação à questão do campo e da cidade, a direção da escola prestou o seguinte depoimento:

As escolas do 1º grau deveriam ter toda tecnologia. Para mim, elas deveriam ter computador. O que nós queremos? Queremos um campo desenvolvido. Dentro do que o MST pensa, não queremos um campo atrasado; queremos um campo que tenha as agroindústrias onde se possa trabalhar, e que dentro das agroindústrias possamos desenvolver o nosso trabalho, para produzir o feijão, o arroz. Que ele possa produzir com prazer, que ele tenha instrumentos de trabalho. (...) Que o jovem tenha prazer no campo, tenha condições de assistir filmes, de acesso à televisão, que todo esse acesso à tecnologia possa estar no campo⁶

Em relação ao desenvolvimento de suas atividades profissionais, ainda discutindo campo e cidade, 52% dos alunos responderam que pretendem trabalhar no campo e 48% que tanto faz, pois campo e cidade estão integrados. Nenhum aluno deseja trabalhar numa cooperativa exclusivamente urbana. Ou seja, praticamente metade dos alunos concebe estas realidades integradas, confirmando a complexidade discutida. Tais dados demonstram que o conhecimento construído nas lutas sociais e na realidade vivida é complexo, parte de uma realidade mas amplia-se para novas problemáticas. A cultura urbana traz novos elementos que são fundidos e retrabalhados nas populações camponesas. Como diria Paulo Freire (1971: 31),

⁶ Entrevista realizada com a diretora da escola (cf. Menezes Neto, 2001).

ao perceber os elementos culturais estranhos, os modificam, submetendo-os a uma espécie de “banho purificador”, do que resulta que aqueles mantêm algo de sua originalidade, sobretudo no formal, e ganham uma cor nova, uma significação nova que o marco cultural invadido lhes impõe

6. CONCLUSÃO

Pelas respostas obtidas na pesquisa, pode-se concluir que o TAC, mantido por um movimento social e sindical, apresenta especificidades quando comparado a outros cursos supletivos: os alunos são selecionados pelo MST com um perfil estabelecido pelo Movimento, sendo o conteúdo curricular e o prático igualmente definidos por esse Movimento. Mas não se pode perder a perspectiva de que esta escola apresenta uma prática hegemônica pelos trabalhadores e utiliza uma metodologia original, adaptada, construída e reconstruída de propostas que pensaram a educação unida ao trabalho, com um sentido social. Com toda ordem de privações materiais, esta pequena escola apresenta um projeto educativo que desenvolve as capacidades intelectuais, gerenciais e de produção, no âmbito de uma prática política crítica e centrada no desenvolvimento do trabalho coletivo.

Toda proposta pedagógica que pretenda unir trabalho e ensino deve incorporar o movimento real da ação e da reflexão, produzindo novos saberes, construindo e desconstruindo valores, teorias e práticas. Neste sentido, concluímos que o projeto pedagógico de formação profissional colocado em prática na escola Josué de Castro pelo MST gera uma proposta inovadora, principalmente no tocante à gestão da escola pelos alunos e à alternância como o elo entre o mundo da escola e o mundo da produção.

A íntima relação entre a luta pela terra e o projeto educativo dos alunos do MST deve ser ressaltada, na medida em que se apresenta como uma vinculação fundamental entre a escola e as lutas dos trabalhadores brasileiros. A relação entre o campo e a cidade desenvolvida de forma crítica (às vezes, contraditória) pelos alunos revela a complexidade desta questão no Brasil atual. Também deve ser ressaltado o interesse de um movimento social, sindical e político pela proposta de formação e escolarização de seus militantes e dos assentados. Assim, entendemos a conjugação da preocupação do MST com a escolarização, a formação e a formulação de uma pedagogia crítica como a garantia da educação apropriada à formação dos sujeitos coletivos que compõem a classe trabalhadora, pois

não há dúvida nenhuma de que as condições materiais, a infraestrutura, condicionam a consciência que vai se gerando historicamente, inclusive dentro da própria classe. Mas essa consciência, gerada a partir de condições infra-estruturais, tem a possibilidade de se voltar sobre seu próprio condicionante e se conhecer como condicionada (Freire, Gadotti e Guimarães, 1986: 80)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cerioli, Paulo. **Educação para a cooperação: experiência do curso técnico em Administração de Cooperativas do MST**. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 1997. (mimeo)
- Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____, Gadotti, Moacir e Guimarães, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1986.
- Lefebvre, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1999.
- Menezes Neto, Antonio Julio de. **Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST**. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), 2001. (mimeo)
- Moraes, Clodomir Santos de. **A capacitação massiva: uma proposta para o desenvolvimento rural**. Rondônia, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), 1989.

* *Antonio Julio de Menezes Neto é doutor em educação e professor de Sociologia da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Do mesmo Autor, ver "A modernização do MST frente à mundialização do capital" (Cadernos do CEAS, 187: 65-78. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2000). [ajmn@dedalus.lcc.ufmg.br]*